

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 20/2025**  
**UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 2.914/2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Equipe de Planejamento:** Ana Caroline Santini, Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima

- **Data de Elaboração:** 8/10/2025

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)**

A política pública de assistência social tem como finalidade a proteção social não contributiva, fundamentada nos princípios da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da equidade e da justiça social. Instituída como política pública de direito desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993, a assistência social configura-se como direito do cidadão e dever do Estado, devendo ser ofertada com qualidade, continuidade e universalidade, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No âmbito da proteção social básica, uma das ações essenciais da assistência social é a oferta dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), cujos objetivos consistem em prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas, bem como o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Esses serviços são organizados de forma a complementar o trabalho social com famílias, especialmente por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e constituem uma das estratégias prioritárias para promover a inclusão social e a ampliação do acesso a direitos.

Os SCFV são ofertados de forma continuada, em grupos organizados por faixa etária e interesses, com atividades planejadas de acordo com as necessidades e especificidades dos usuários. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) estabelece que os serviços devem ser organizados em torno de oficinas e ações coletivas, capazes de promover o fortalecimento de laços afetivos, sociais e comunitários, além de desenvolver a autonomia e o protagonismo dos sujeitos atendidos.

No município de Dois Vizinhos, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania tem atuado de forma sistemática na implementação e qualificação dos SCFV, por meio do acompanhamento de grupos de crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social. Ainda que o município conte com uma equipe composta por educadores artísticos, assistente sociais e psicólogos, observa-se que o número de profissionais é insuficiente para a demanda atual, sobretudo diante da ampliação territorial dos serviços e do aumento no número de famílias referenciadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A vigilância socioassistencial, que é uma das funções essenciais do SUAS conforme previsto na NOB-SUAS/2012 e na Resolução CNAS nº 07/2009, tem evidenciado a existência de territórios com altos índices de vulnerabilidade, desproteção e desfiliação social, especialmente nos bairros periféricos e nas áreas rurais do município. Essa função estratégica da gestão da assistência social possibilita a identificação de grupos com maior exposição a riscos, como idosos em isolamento social, crianças e adolescentes com vínculos familiares fragilizados, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, entre outros.

Os dados analisados pela vigilância apontam, ainda, para a necessidade de ampliação da oferta de oficinas e atividades socioeducativas, como forma de qualificar o atendimento e garantir maior capilaridade dos serviços nos territórios. A escuta qualificada das equipes de referência e dos próprios usuários tem reforçado a importância de oferecer alternativas que proporcionem a



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

construção de projetos de vida, o fortalecimento de capacidades individuais e coletivas, e a ampliação das redes de apoio social.

Ademais, o município de Dois Vizinhos tem enfrentado desafios crescentes relacionados à violência intrafamiliar, ao uso de substâncias psicoativas por adolescentes e jovens, à negligência com crianças pequenas e à solidão e abandono de pessoas idosas. Tais fenômenos, amplamente reconhecidos como expressões da questão social, demandam respostas integradas, intersetoriais e territorializadas, sendo os SCFV um dos principais instrumentos disponíveis na assistência social para enfrentá-los de forma preventiva e emancipatória.

Importa destacar que os SCFV não se confundem com ações esporádicas ou recreativas. Trata-se de um serviço tipificado, com diretrizes específicas, cuja execução exige planejamento técnico, metodologia apropriada e acompanhamento sistemático dos resultados. A realização das oficinas demanda profissionais capacitados, com experiência em trabalho com grupos e conhecimentos sobre a realidade dos usuários, que sejam capazes de promover espaços de escuta, expressão, convivência e criação.

Contudo, considerando o contingente atual de educadores artísticos e a inexistência de educadores sociais no quadro efetivo do município e a complexidade da demanda, a administração municipal reconhece que não dispõe de recursos humanos suficientes para executar todas as atividades necessárias com a qualidade e a frequência desejadas. A ampliação dos serviços ofertados por meio de oficinas diversas, como artesanato, dança, teatro, expressão corporal, música, mediação de leitura, práticas esportivas, educação emocional, entre outras, exige a mobilização de profissionais externos, com qualificação técnica específica.

Tal constatação não implica renúncia à responsabilidade da administração pública na execução direta dos serviços socioassistenciais. Ao contrário, reforça a necessidade de planejamento, coordenação e supervisão contínua das atividades realizadas, inclusive por meio de parcerias e contratações que respeitem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade. A contratação de empresa especializada para execução das oficinas visa justamente complementar e fortalecer a rede socioassistencial, permitindo o atendimento adequado das famílias e indivíduos que mais precisam do apoio do Estado.

Essa medida está plenamente respaldada no artigo 2º da LOAS, que prevê a articulação entre ações governamentais e não governamentais para garantir proteção social básica e especial. Também se fundamenta no artigo 6º da mesma Lei, que define como objetivos da assistência social a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e a promoção da integração ao mercado de trabalho e à vida comunitária.

Além disso, a Resolução nº 01/2013 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que regulamenta o SCFV, determina que os serviços devem contar com profissionais que possuam competências para atuar com grupos diversos e que dominem metodologias participativas e dialógicas. Diante disso, a contratação de equipe especializada para condução das oficinas é medida que se alinha às exigências técnicas e normativas do SUAS, assegurando a qualificação da oferta e a proteção integral dos usuários.

Do ponto de vista do interesse público, a realização de oficinas diversificadas no âmbito dos SCFV tem potencial para promover transformações significativas na vida dos participantes, como já demonstrado por experiências anteriores do município. Ao proporcionar espaços de convivência, aprendizado, criação e reconhecimento de potencialidades, as oficinas contribuem para:

- Redução do isolamento social, especialmente entre idosos;
- Prevenção de comportamentos de risco entre adolescentes;
- Fortalecimento de vínculos familiares fragilizados;
- Estímulo à escolarização e ao protagonismo juvenil;
- Reforço da autoestima e da autonomia pessoal;
- Promoção da cultura de paz e da convivência democrática;
- Construção de projetos de vida com perspectiva de futuro.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

Esses efeitos reverberam positivamente não apenas na trajetória individual dos usuários, mas também no tecido social como um todo, fortalecendo a coesão comunitária e a cidadania ativa. Em um contexto de crescentes desigualdades e inseguranças sociais, a assistência social cumpre papel estratégico ao garantir o acesso a direitos e à proteção social básica.

Portanto, a necessidade aqui descrita diz respeito à efetiva promoção do direito à convivência familiar e comunitária, à superação das vulnerabilidades identificadas pela vigilância socioassistencial e à qualificação dos serviços ofertados à população em situação de risco e vulnerabilidade social, assegurando o cumprimento da missão constitucional e legal da assistência social no município de Dois Vizinhos.

A ausência de resposta a essa necessidade comprometeria diretamente os princípios da proteção social, enfraquecendo a rede de apoio comunitário e colocando em risco a integridade física, psíquica e social de centenas de usuários. Trata-se, portanto, de uma demanda legítima, urgente e absolutamente relevante sob a perspectiva do interesse público, cuja solução exige planejamento técnico, sensibilidade social e comprometimento com os direitos fundamentais da população.

## **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA** **(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), enquanto política pública de Estado, estrutura-se a partir da descentralização político-administrativa, da participação popular e da articulação intersetorial. No plano local, o SUAS deve ser materializado por meio da implementação de uma rede socioassistencial articulada, composta por serviços, programas, projetos e benefícios voltados à proteção social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Entre os principais instrumentos dessa rede estão os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), cuja execução deve respeitar as diretrizes estabelecidas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e pelas normativas complementares do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

No município de Dois Vizinhos, a oferta dos SCFV tem se dado, historicamente, por meio de múltiplos arranjos institucionais e operacionais, todos regidos por princípios constitucionais e legais da administração pública, mas que respondem de maneira diversa às condições materiais e institucionais disponíveis em cada momento histórico. A diversidade de estratégias utilizadas evidencia o esforço da gestão municipal em garantir a continuidade e a qualificação do serviço, mesmo diante de restrições orçamentárias, carência de pessoal efetivo e lacunas estruturais do quadro funcional da administração.

Entre as alternativas atualmente utilizadas ou anteriormente experimentadas para a execução das oficinas no âmbito dos SCFV, destacam-se:

### **a) Utilização da equipe própria da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania**

Historicamente, parte das oficinas dos SCFV é realizada por profissionais vinculados diretamente à Secretaria, como assistentes sociais, psicólogos, educadores artísticos contratados temporariamente ou servidores de outras áreas com habilidades específicas (ex: artesanato, música, práticas corporais). Essa estratégia tem como principal vantagem a proximidade da equipe com os territórios e o conhecimento prévio das demandas das famílias acompanhadas. Ademais, favorece o fortalecimento dos vínculos entre os usuários e os profissionais da política de assistência social, contribuindo para a continuidade do trabalho social com famílias.

No entanto, essa alternativa apresenta limitações significativas, especialmente em razão da insuficiência de pessoal efetivo e contratado. O município de Dois Vizinhos possui um Plano de Cargos, Carreiras e Salários defasado, datado de 2011, que não contempla de maneira adequada os novos perfis profissionais demandados pelo SUAS. A função de educador social, essencial para a execução de oficinas e acompanhamento de grupos, não está prevista como cargo efetivo



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

na estrutura administrativa atual, o que limita severamente a ampliação da oferta do SCFV por meio de servidores de carreira. Ainda que a Secretaria venha realizando esforços para a criação de cargos compatíveis, tais propostas dependem da aprovação do Executivo e, posteriormente, do Legislativo, o que até o momento não ocorreu. Em tempo está em processo de estudo uma revisão do plano de cargos e salários ao qual a Secretaria de Assistência Social e Cidadania enviará sugestão de mudança de sua estrutura administrativa, uma vez que sua atuação teve crescimento exponencial nos últimos 14 anos.

Além disso, a execução direta das oficinas por servidores da própria equipe tende a gerar sobrecarga de trabalho, especialmente considerando o acúmulo de funções por parte dos técnicos de referência do PAIF e PAEFI. Essa sobreposição de atividades compromete a qualidade tanto das oficinas quanto do acompanhamento familiar, afetando diretamente a efetividade da política pública, uma vez que os servidores assistente sociais e psicólogos trabalham com regime de “porta aberta”, necessitando estarem disponíveis para os atendimentos que chegam aos CRAS e CREAS.

**b) Celebração de termos de fomento com Organizações da Sociedade Civil (OSCs)**

Outra estratégia frequentemente utilizada pelo município é a formalização de parcerias com OSCs, por meio da celebração de termos de fomento regidos pela Lei nº 13.019/2014, visando à execução compartilhada dos SCFV. Essa alternativa tem se mostrado eficaz em determinados contextos, sobretudo quando as entidades parceiras possuem experiência comprovada, infraestrutura adequada e vínculo consolidado com a comunidade. A atuação das OSCs permite ampliar a capilaridade dos serviços, diversificar as metodologias de trabalho e fortalecer a rede local de proteção social.

Entretanto, essa solução também enfrenta obstáculos, como a disponibilidade limitada de entidades habilitadas para atuar em determinadas regiões do município e a necessidade de estruturação técnica e financeira das OSCs para atender aos requisitos legais e operacionais dos termos de fomento. Além disso, o modelo de parceria exige um processo de planejamento, seleção, monitoramento e prestação de contas rigoroso por parte da gestão pública, o que demanda recursos humanos especializados e tempo hábil para sua operacionalização.

Importante destacar que o modelo de fomento não substitui integralmente a necessidade de oferta pública direta dos serviços, sendo recomendado como uma estratégia complementar à atuação da administração pública. Em muitos casos, inclusive, os próprios termos de fomento são celebrados com foco em públicos específicos ou em territórios determinados, bem como vaga slimitadas, o que torna insuficiente a cobertura da demanda identificada pela vigilância socioassistencial no conjunto do município.

**c) Parcerias com outros departamentos da administração, como Cultura e Esportes**

Diante da insuficiência de pessoal interno, a Secretaria de Assistência Social também tem recorrido à colaboração intersetorial com outras secretarias e departamentos do município, especialmente com as áreas de Cultura e Esporte, para viabilizar a execução de oficinas artísticas, culturais e esportivas. A intersetorialidade é, inclusive, um dos princípios estruturantes da política de assistência social, prevista na NOB-RH/SUAS e reiterada nas normativas do MDS.

Essa estratégia permite o compartilhamento de espaços, equipamentos e profissionais, favorecendo uma abordagem integrada das políticas públicas. As ações desenvolvidas em parceria com os departamentos de Cultura e Esportes, como oficinas de música, teatro, dança, capoeira e práticas esportivas, têm se mostrado valiosas para a ampliação da oferta de atividades nos SCFV.

Contudo, essas parcerias são limitadas pela agenda e pelos objetivos institucionais das secretarias parceiras, que nem sempre têm como prioridade o atendimento de grupos em situação de vulnerabilidade. Além disso, a oferta depende da disponibilidade de profissionais em número suficiente e com formação específica, o que nem sempre é possível. Cabe destacar também que a execução de oficinas no âmbito da política de assistência social requer abordagem metodológica



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

fundamentada nos princípios do SUAS, o que exige preparo técnico e supervisão constante, algo nem sempre assegurado por profissionais de outras áreas.

d) Contratação de empresa especializada via procedimento licitatório

Diante da análise das alternativas anteriores, evidencia-se a necessidade de investimento direto na contratação de empresa especializada para execução das oficinas socioeducativas e de desenvolvimento humano no âmbito dos SCFV, como forma de garantir regularidade, capilaridade e qualidade da oferta.

Essa solução apresenta inúmeras vantagens, dentre as quais se destacam:

- Flexibilidade na composição das equipes de oficineiros, com possibilidade de contratar profissionais com perfis específicos conforme a demanda identificada nos territórios;
- Padronização dos procedimentos, com definição clara de metas, produtos e cronogramas a serem cumpridos;
- Acompanhamento e avaliação sistemática das atividades realizadas, mediante supervisão da equipe técnica da Secretaria;
- Alinhamento com as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que exige planejamento e execução qualificada das ações;
- Eficiência administrativa, com redução da sobrecarga de servidores públicos e racionalização dos recursos humanos disponíveis.

Do ponto de vista técnico, a contratação permite a formação de equipes especializadas, compostas por educadores, arte-educadores, mediadores culturais, instrutores de oficinas e demais profissionais com vivência na condução de grupos diversos e experiência no trabalho com populações em situação de vulnerabilidade. Além disso, possibilita a atuação simultânea em diferentes territórios, garantindo cobertura adequada às diversas unidades de referência da assistência social.

Do ponto de vista econômico, a contratação por licitação pública assegura transparência, ampla concorrência e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a administração, conforme os princípios da Lei nº 14.133/2021. A consolidação da demanda em um único processo licitatório também permite ganhos de escala e racionalização dos custos, em comparação à celebração de múltiplos contratos avulsos ou à contratação esparsa de oficineiros.

Por fim, vale ressaltar que a contratação de empresa especializada é medida excepcional e planejada, adotada em razão da incapacidade instalada da administração pública em suprir, por meios próprios ou por parcerias já existentes, a demanda crescente por atividades nos SCFV. Trata-se, portanto, de uma solução legítima, eficiente e alinhada às normativas do SUAS, do ponto de vista técnico e econômico.

Considerando o crescimento populacional do município, o aumento da complexidade das demandas sociais, a defasagem do quadro funcional e a necessidade de garantir atendimento contínuo, qualificado e ampliado aos grupos acompanhados pela Secretaria de Assistência Social, a contratação de empresa especializada para execução das oficinas no âmbito dos SCFV é a solução mais adequada, técnica e economicamente justificável para o momento atual.

Essa medida permite consolidar os esforços da gestão pública na oferta de serviços essenciais à promoção da cidadania, da dignidade humana e da proteção social, fortalecendo o SUAS em nível local e respondendo de maneira concreta e eficaz às vulnerabilidades identificadas pela vigilância socioassistencial.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:





Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

***A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?***

*Sim ( ) (justificar)*

*As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) podem se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, inclusive quando participam de licitações públicas, desde que atendam aos requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e não se enquadrem nas hipóteses de vedação do art. 17. A legislação permite a participação de optantes pelo Simples em certames, ainda que reunidas em consórcio ou cooperativas, desde que mantenham regularidade fiscal e compatibilidade com o objeto contratado, não havendo impedimento legal para sua habilitação ou contratação no presente caso.*

*Não ( ) (justificar)*

***Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?***

*Sim (x)*

*Não ( ) (justificar)*

***Poderá participar Sociedades Cooperativas?***

*Sim (x)*

*Não ( ) (justificar)*

**3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO  
 (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 40, § 2º, que, na aplicação do princípio do A opção pelo parcelamento da contratação das oficinas a serem ofertadas no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) justifica-se à luz dos princípios da economicidade, da eficiência, da ampla competitividade e do planejamento estratégico das contratações públicas. Conforme o disposto no art. 40, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar, diante das peculiaridades do objeto e do mercado, a viabilidade da divisão do objeto em lotes, com o objetivo de ampliar a participação de licitantes e evitar a concentração de mercado, sem comprometer a execução eficiente do objeto contratado.

No presente caso, o objeto contempla a execução de oficinas diversificadas, destinadas a públicos distintos acompanhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, como crianças, adolescentes, idosos e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Cada um desses grupos demanda metodologias, abordagens e profissionais com formações específicas, o que naturalmente conduz à identificação de subitens com características técnicas e funcionais distintas.

Adicionalmente, a realidade do mercado local demonstra a existência de empresas e profissionais com competências específicas para determinadas áreas, como oficinas artísticas, culturais, socioeducativas ou esportivas, mas que não possuem estrutura para atender a totalidade do objeto de forma integrada. Dessa forma, o parcelamento amplia a competitividade ao possibilitar que microempresas, empresas de pequeno porte, organizações da sociedade civil e outros prestadores especializados possam participar do certame em igualdade de condições, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 123/2006.

Ainda, deve-se considerar que o parcelamento não compromete a padronização dos serviços, nem traz risco de inconsistência na execução das oficinas, uma vez que os conteúdos, metodologias e resultados esperados serão previamente definidos nos Termos de Referência e devidamente monitorados pelos servidores da Secretaria. Ao contrário, a contratação segmentada permite melhor controle de qualidade e avaliação individualizada dos serviços prestados.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

Por fim, o parcelamento se mostra coerente com o princípio do planejamento, permitindo à Administração adaptar a contratação à dinâmica de execução do SCFV, à sazonalidade de atividades e à realidade orçamentária do município. Assim, conclui-se pela viabilidade e conveniência do parcelamento da contratação, nos termos do art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que tal medida atende ao interesse público, promove maior eficiência administrativa e amplia o acesso de prestadores ao certame, sem prejuízo à qualidade e à execução do objeto.

#### 4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidades para a presente contratação baseia-se no levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos, que atualmente desenvolve aproximadamente 32 grupos ativos no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com um público estimado de cerca de 2.000 pessoas atendidas mensalmente em atividades continuadas. Além disso, somam-se a este universo aproximadamente 500 crianças e adolescentes atendidos regularmente por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) parceiras, por meio de termos de fomento e outras formas de colaboração formalizadas com o Município.

A estimativa das horas técnicas a serem contratadas visa complementar a capacidade instalada da rede socioassistencial, tendo em vista não apenas a manutenção dos serviços já existentes, mas, sobretudo, sua expansão qualitativa e quantitativa, conforme apontado por diagnóstico realizado pelo setor de Vigilância Socioassistencial, recentemente estruturado no âmbito da Secretaria. Esse setor, ao analisar dados populacionais, indicadores de vulnerabilidade e registros do Cadastro Único e do Sistema de Informações do SUAS (CadSUAS e Prontuário SUAS), identificou necessidade urgente de ampliação da oferta de oficinas e ações grupais com foco em cultura do trabalho, enfrentamento ao desemprego, prevenção de situações de risco, autoestima, autonomia e desenvolvimento de competências sociais e emocionais.

A Vigilância também observou o aumento populacional do município, que ultrapassa os 50 mil habitantes, especialmente em áreas de expansão urbana com grande concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. Esse crescimento impacta diretamente na demanda por serviços públicos, em especial por ações de proteção social básica. Outro fator de alta relevância identificado recentemente é a presença crescente de fluxos migratórios, especialmente de populações oriundas de países latino-americanos como Venezuela e Bolívia, que têm buscado refúgio, trabalho e melhores condições de vida no município.

Diferentemente de outras populações imigrantes já consolidadas em Dois Vizinhos, como os migrantes oriundos do continente asiático, os quais, em grande parte, já se encontram economicamente estabilizados e mais integrados culturalmente, os imigrantes bolivianos e venezuelanos apresentam maiores fragilidades sociais, como barreiras linguísticas, baixa escolaridade, dificuldades de acesso a serviços públicos, subemprego, insegurança alimentar, discriminação e rupturas profundas com suas redes de apoio familiar e comunitária. Trata-se de grupos que, por sua condição de imigração forçada ou econômica precária, requerem atenção prioritária da política de assistência social, por meio de estratégias específicas de acolhimento, mediação cultural, acesso à informação e fortalecimento dos vínculos sociais e familiares.

A inclusão dessas populações nas ações do SCFV é fundamental para garantir sua integração social, o respeito à diversidade cultural, a superação das barreiras de exclusão e a construção de uma rede de proteção que respeite os princípios da dignidade humana, da equidade e da não discriminação. Nesse sentido, a estimativa da quantidade de oficinas e de horas técnicas a serem contratadas também considera a necessidade de contemplar essa nova demanda populacional, que impõe desafios à rede socioassistencial e exige adaptações metodológicas e temáticas nas oficinas, com vistas a promover a inclusão plena desses sujeitos de direito.

A carga horária estimada contempla oficinas de diversas naturezas, incluindo, entre outras, oficinas de educação emocional, expressão artística e cultural, incentivo à convivência comunitária, práticas esportivas, preparação para o mundo do trabalho, oficinas de música, dança,



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

teatro, e dinâmicas voltadas ao fortalecimento de vínculos intergeracionais. As cargas horárias propostas consideram também a rotatividade dos grupos, a necessidade de oficinas específicas para públicos distintos (crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, migrantes, entre outros), e o cumprimento das diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que exige periodicidade mínima das atividades e acompanhamento sistemático.

Por fim, a estimativa foi elaborada de forma integrada ao planejamento das demais contratações correlatas da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, buscando evitar sobreposições e otimizar a utilização de recursos públicos. Ainda que não se trate de uma contratação interdependente com outros objetos específicos, a presente demanda guarda compatibilidade e coerência com os demais instrumentos de planejamento, como o Plano Municipal de Assistência Social, o Plano de Ação Físico-Financeiro do SUAS, os termos de fomento em vigência e os dados do Sistema de Vigilância.

Dessa forma, as quantidades estimadas para a contratação foram fundamentadas em dados empíricos da realidade local, articuladas com diagnósticos técnicos da rede, e compatibilizadas com os instrumentos de planejamento e de monitoramento da política de assistência social, permitindo economia de escala, melhor alocação de recursos e eficiência na prestação dos serviços públicos.

#### **5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021);**

A presente contratação, por se tratar de uma demanda nova no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Dois Vizinhos, não possui histórico de processos licitatórios anteriores ou contratos similares formalizados no município que pudessem servir como parâmetro direto para definição de valores. Diante disso, foi adotada a metodologia recomendada pelo art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que prevê a pesquisa de preços com base em contratações similares realizadas por outros entes da federação.

Foram analisadas atas de registros de preços, contratos vigentes e publicações disponíveis em fontes oficiais de consulta, tais como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sites de transparência de outros municípios e sistemas internos de registros de compras públicas. A seleção das referências considerou a similaridade dos objetos contratados, oficinas vinculadas aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e outras ações da proteção social básica e especial, bem como a compatibilidade de porte populacional e estrutura institucional dos entes consultados. A análise desses documentos permitiu aferir valores praticados por hora de oficina compatíveis com os perfis profissionais exigidos e com a complexidade das atividades a serem desenvolvidas.

As oficinas envolvem tanto habilidades artísticas e expressivas quanto competências psicossociais e educativas, sendo exigido em todos os itens o acompanhamento por **profissional Assistente Social habilitado**, responsável técnico pelos planos de trabalho, conforme diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Com base nesse levantamento, estimou-se a seguinte composição orçamentária para a contratação:

---

#### **Quadro de estimativa de horas e valores por item**



Item	Oficina	Quantidade de Horas	Valor Unitário (R\$/hora)	Valor Total
1	Oficina de Dança	600 h	R\$ 95,00	R\$ 57.000,00
2	Oficina de Artes Plásticas	600 h	R\$ 95,00	R\$ 57.000,00
3	Oficina de Expressão Corporal (Teatro)	600 h	R\$ 100,00	R\$ 60.000,00
4	Oficinas de Motivação e Desenvolvimento Socioemocional	400 h	R\$ 150,00	R\$ 60.000,00
5	Oficina com Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas	240 h	R\$ 150,00	R\$ 36.000,00
6	Oficina com Autores de Violência Doméstica	240 h	R\$ 150,00	R\$ 36.000,00
—	<b>TOTAL GERAL ESTIMADO</b>	—	—	<b>R\$ 306.000,00</b>

**6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)**

Risco identificado	Possíveis impactos	Probabilidade de ocorrência	Ações preventivas	Ações de contingência
Inexecução parcial ou total das oficinas contratadas	Prejuízo no atendimento dos grupos do SCFV, comprometimento de metas	Média	Exigência de atestado de capacidade técnica e acompanhamento técnico mensal	Aplicação de penalidades contratuais, rescisão e nova contratação emergencial ou redistribuição interna
Rotatividade elevada de oficinheiros	Quebra de vínculo com os usuários e descontinuidade das ações	Média	Previsão contratual de manutenção mínima da equipe; exigência de substituição equivalente	Redistribuição temporária da carga horária, substituição imediata do profissional
Falta de alinhamento metodológico com a política de assistência social	Descaracterização das oficinas, desvio de finalidade	Baixa	Análise prévia do plano de trabalho; exigência de responsável técnico com formação compatível	Suspensão das atividades até adequação metodológica; orientação técnica pela equipe da secretaria
Inadequação do perfil do profissional frente ao público atendido	Risco de abordagem inadequada, conflitos ou revitimização	Média	Definição de critérios técnicos mínimos para seleção profissional	Substituição do profissional e orientação técnica imediata
Descumprimento de carga horária ou cronograma	Atrasos, lacunas na execução, quebra da continuidade	Média	Fiscalização contratual e cronograma aprovado previamente	Reposição das horas perdidas; advertência e eventual glosa
Baixa adesão dos usuários às oficinas	Subutilização do serviço contratado,	Média	Diagnóstico prévio da demanda,	Redesenho metodológico e



Risco identificado	Possíveis impactos	Probabilidade de ocorrência	Ações preventivas	Ações de contingência
	inefetividade da política pública		mobilização dos usuários e temas atrativos	intensificação de estratégias de busca ativa
Descontinuidade por falta de previsão orçamentária futura	Interrupção abrupta do serviço, prejuízo à continuidade do atendimento	Baixa	Previsão no Plano de Ação da Assistência Social e reserva de dotação orçamentária	Redimensionamento da oferta com equipe própria ou OSCs parceiras
Apontamentos de controle externo por indício de direcionamento ou falha na competitividade	Risco de nulidade do processo, responsabilização do gestor	Baixa	Fundamentação técnica robusta e critérios objetivos de julgamento	Revisão documental e novo procedimento se necessário

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para execução de oficinas socioeducativas e de desenvolvimento humano no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. As oficinas abrangem os seguintes temas: dança; artes plásticas; expressão corporal (teatro); motivação e desenvolvimento de habilidades socioemocionais; atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; e abordagem restaurativa com autores de violência doméstica. Todas as atividades deverão ser supervisionadas por profissional Assistente Social habilitado, responsável técnico pelo plano de trabalho, em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

A contratação justifica-se pela insuficiência de equipe própria para atender à demanda crescente identificada pela Vigilância Socioassistencial, que inclui a ampliação de grupos, o crescimento populacional, a chegada de imigrantes em situação de vulnerabilidade e a necessidade de atendimento a públicos específicos. A empresa contratada deverá garantir a presença de profissionais qualificados, assegurando padronização, controle de qualidade e efetividade na execução das oficinas, promovendo a proteção social, o fortalecimento de vínculos e a inclusão dos usuários em situação de risco.

## 8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Requisitos de execução:

- A execução dos serviços deverá observar as orientações técnicas da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, especialmente no que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- Todas as oficinas deverão ser conduzidas por profissionais com qualificação compatível com o conteúdo a ser ministrado, conforme especificações do Termo de Referência, sendo obrigatória a indicação de um responsável técnico com formação superior.
- A contratada deverá apresentar cronograma de execução previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, manter controle de frequência dos participantes, elaborar relatórios mensais das atividades e participar das reuniões de acompanhamento técnico sempre que solicitado.

**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da empresa e/ou do profissional indicado para a execução de atividades compatíveis com o objeto da licitação.
- b) Comprovação de registro da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da respectiva jurisdição ou no Conselho Regional de Psicologia (CRP), conforme exigência legal para o exercício de atividades técnicas vinculadas à Política de Assistência Social (NOB-RH)
- c) Indicação formal do Responsável Técnico pela execução das atividades, acompanhado de documentação comprobatória de seu vínculo com a empresa (ex: contrato social, CTPS, contrato de prestação de serviços, etc.) e de registro ativo no Conselho de Classe, quando for o caso.
- d) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)
- e) Certidão negativa de falência, concordata, insolvência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão há menos de 180 dias da data fixada para a entrega das propostas, conforme previsto no art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

**INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

☐ SIM

☒ NÃO

**9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)**

A exigência de atestados de capacidade técnica visa comprovar que a empresa possui experiência prévia na execução de serviços com natureza, vulto e complexidade compatíveis ao objeto da contratação, garantindo à Administração a segurança na execução dos serviços e a mitigação de riscos operacionais. Trata-se de exigência amparada pelo art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que confere à Administração a prerrogativa de verificar a aptidão da licitante para a execução do objeto licitado, com vistas a assegurar o cumprimento das metas contratuais e a qualidade das oficinas a serem ofertadas no âmbito dos SCFV.

A exigência de comprovação de registro da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) ou no Conselho Regional de Psicologia (CRP) justifica-se pelo fato de que a prestação do serviço licitado envolve a execução de atividades técnicas vinculadas à Política Nacional de Assistência Social, cuja supervisão e responsabilidade devem, obrigatoriamente, ser exercidas por profissionais da área devidamente habilitados e fiscalizados pelo respectivo conselho de classe. Tal exigência encontra respaldo na legislação profissional e tem por objetivo garantir a observância dos princípios éticos e técnicos próprios da atuação no SUAS, além de preservar a integridade dos serviços prestados aos usuários da política pública.

A indicação formal do responsável técnico pela execução das atividades, acompanhada da documentação comprobatória de seu vínculo com a empresa e de seu registro no Conselho de Classe, quando for o caso, é indispensável para assegurar que as oficinas sejam planejadas, supervisionadas e avaliadas por profissional com competência legal e técnica para tal finalidade. O acompanhamento por profissional com ensino superior é obrigatório nas ações de proteção social básica e especial, conforme preveem as normativas da PNAS e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A vinculação formal do responsável técnico com a empresa contratada garante o efetivo cumprimento das atribuições profissionais e a responsabilização nos termos legais.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

A exigência de balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, com comprovação de índices superiores a 1 nos indicadores de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral, tem como finalidade verificar a saúde econômico-financeira da empresa licitante, assegurando sua capacidade de honrar os compromissos contratuais ao longo da vigência do contrato. Tal exigência está prevista no art. 69, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e visa evitar contratações com empresas em situação de fragilidade financeira que possam comprometer a execução dos serviços ou gerar interrupções prejudiciais ao interesse público.

Por fim, a exigência da certidão negativa de falência, concordata, insolvência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão há menos de 180 dias da data fixada para a entrega das propostas, tem por objetivo resguardar a Administração Pública quanto à idoneidade econômico-jurídica da empresa participante. Essa documentação é necessária para atestar que a licitante não se encontra em estado de insolvência que a impeça de cumprir com as obrigações contratuais assumidas, sendo requisito básico de segurança jurídica e contratual, conforme previsto no art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

**10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**  
**(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

Na execução das oficinas contratadas no âmbito dos SCFV, embora o objeto seja predominantemente de natureza intelectual e de prestação de serviços sociais, podem surgir impactos ambientais indiretos, tais como o consumo de materiais (papel, tintas, materiais plásticos), geração de resíduos (sobras de materiais artísticos, descartes de papéis, embalagens plásticas), uso de energia elétrica, transporte de profissionais e participantes, e consumo de água nos espaços. Esses impactos, se não mitigados, podem gerar desperdício de recursos e aumento da pegada ambiental da ação.

Para cada impacto potencial, propõem-se as seguintes **medidas mitigadoras**:

1. **Materiais e insumos:** priorizar o uso de materiais ecologicamente corretos (papel reciclado, tinta atóxica, materiais reaproveitáveis), exigir que a empresa apresente comprovação de origem sustentável quando aplicável, e incentivar o uso de materiais reutilizados ou reciclados.
2. **Geração de resíduos:** implantar coleta seletiva nos locais das oficinas, estabelecer plano de gerenciamento de resíduos (PGRS) para descartes de materiais artísticos e papéis, e exigir que a contratada promova o destino correto desses resíduos (ex: cooperativas, pontos de reciclagem).
3. **Energia elétrica e água:** adotar medidas de eficiência energética (uso de iluminação LED, desligamento automático de equipamentos quando ocioso) e uso racional de água nas instalações onde ocorrem as oficinas.
4. **Transporte e locomoção:** priorizar a utilização de espaços já existentes e próximos às comunidades atendidas para minimizar deslocamentos; incentivar queicineiros utilizem transporte coletivo, bicicleta ou caronas; agrupar agendas para reduzir o número de deslocamentos.
5. **Sensibilização ecológica:** incluir em algumas oficinas temas de educação ambiental, sensibilizando participantes e oficineiros para práticas sustentáveis no cotidiano (redução, reutilização e reciclagem) e integrando cultura socioambiental ao conteúdo pedagógico.





Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

6. **Monitoramento e fiscalização ambiental:** exigir que a empresa contratada apresente relatórios periódicos de consumo de materiais e gestão de resíduos, submetendo-os à fiscalização da Secretaria, que poderá auditar in loco para verificar cumprimento das metas ambientais.

**11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)**

A contratação dos serviços de execução de oficinas socioeducativas e de desenvolvimento humano no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) pretende alcançar um conjunto de resultados interligados, de natureza individual, grupal, comunitária e institucional, cujos efeitos visam não apenas o fortalecimento da proteção social básica e especial no município de Dois Vizinhos, mas também a promoção da dignidade humana, da cidadania ativa e da inclusão social.

Do ponto de vista individual, espera-se que os usuários atendidos pelas oficinas desenvolvam competências socioemocionais, habilidades comunicativas, autonomia, senso de pertencimento, autoestima e capacidade de projetar futuros possíveis, rompendo ciclos de exclusão e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Para crianças, adolescentes e idosos, o resultado pretendido é a ampliação do repertório simbólico e expressivo, bem como o estímulo à criatividade, à escuta e ao cuidado mútuo. No caso de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, busca-se promover responsabilização, inserção positiva na comunidade e reconstrução de vínculos com a rede de apoio. Para os autores de violência doméstica, pretende-se oferecer espaços de reflexão crítica, responsabilização e transformação de atitudes, contribuindo para a quebra de padrões de comportamento agressivo e para a reconstrução de novas formas de convivência baseadas no respeito, no cuidado e na não-violência.

Em nível grupal e comunitário, o objetivo é fomentar a convivência intergeracional, a diversidade cultural, o reconhecimento das diferenças como valor e a reconstrução dos laços de solidariedade nos territórios. As oficinas atuarão como espaços de convivência protegidos, em que o diálogo, a cooperação, o acolhimento e o respeito às trajetórias de vida serão incentivados, fortalecendo a coesão social e prevenindo situações de risco social e violência. Além disso, busca-se estimular o engajamento social, a valorização das culturas locais, a participação cidadã e o protagonismo dos usuários, fortalecendo as redes de apoio e o sentimento de pertencimento à comunidade.

Do ponto de vista institucional, pretende-se qualificar e ampliar a capacidade de resposta da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania frente às demandas sociais que emergem dos territórios, especialmente em um contexto de crescimento populacional, novas formas de vulnerabilidade (como o fluxo migratório de pessoas vindas de Bolívia e Venezuela) e sobrecarga dos serviços. A contratação permitirá consolidar metodologias de trabalho grupal, estruturar planos de oficina por faixa etária e por tipologia de público, e implementar estratégias padronizadas de monitoramento, avaliação e registro das atividades desenvolvidas. A presença de responsabilidade técnica por profissional assistente social permitirá maior articulação entre as oficinas e os demais serviços da rede socioassistencial, com fortalecimento da intersetorialidade, da vigilância socioassistencial e do planejamento baseado em evidências.

Por fim, do ponto de vista estratégico e territorial, os resultados pretendidos envolvem a ampliação da cobertura do SCFV, o uso qualificado de dados da vigilância para formulação de ações, a resposta a lacunas identificadas no território e a promoção de equidade no acesso aos serviços socioassistenciais. As oficinas contratadas deverão ser acompanhadas por indicadores específicos de processo e resultado, como número de usuários atendidos, frequência, assiduidade, devolutivas qualitativas dos grupos, identificação de situações de risco, encaminhamentos realizados e impactos percebidos pelos participantes.

A efetivação desses resultados contribuirá para o cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais



e do Plano Municipal de Assistência Social vigente, reforçando o papel protetivo, educativo e emancipador da política pública de assistência social como garantidora de direitos.

**12. REGIME DE FORNECIMENTO** (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

Justifica-se a definição do regime de prestação de serviço contínuo pelo caráter permanente, planejado e sistemático das atividades a serem contratadas, as quais visam atender, de forma ininterrupta, os grupos organizados no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Trata-se de um serviço que exige regularidade, vínculo com os usuários e continuidade metodológica, não podendo sofrer interrupções sob pena de comprometer os objetivos da política pública de assistência social e de violar princípios como o da proteção integral e da convivência familiar e comunitária. A continuidade se refere não apenas à execução sequencial das oficinas em ciclos, mas também à lógica de acompanhamento gradual e progressivo dos usuários ao longo do tempo, conforme preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Dessa forma, a prestação continuada garante estabilidade, eficiência e efetividade na execução do objeto.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL** (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Ana Caroline Santini

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES** (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não existem contratações correlatas ou interdependentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

**15. ALINHAMENTO COM O PCA** (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14.133/2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026
- Data de publicação no PNCP: 19/5/2025, última atualização: 3/10/2025
- Id do item no PCA: 23124
- Classe/Grupo: serviço especializado em assistência social
- Identificador da Futura Contratação: 987541-419/2026

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☐ Global  
☐ Lote(s) de Itens  
☒ Por Itens



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

### 17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ (x) Bens e serviços comuns
- ☐ ( ) Bens e serviços especiais
- ☐ ( ) Serviço comum de engenharia
- ☐ ( ) Serviço especial de Engenharia

O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do inciso LVII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade cujas especificações usuais no mercado permitem descrição objetiva, clara e suficiente no Termo de Referência, sem necessidade de projeto básico. As oficinas a serem contratadas seguem metodologia padronizável, com requisitos técnicos definidos, permitindo ampla competitividade e avaliação objetiva das propostas.

- ☒ (X) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ ( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ ( ) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ ( ) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Justifica-se a definição do regime de prestação como serviço contínuo pelo caráter permanente, planejado e sistemático das atividades a serem contratadas, as quais visam atender, de forma ininterrupta, os grupos organizados no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Trata-se de um serviço que exige regularidade, vínculo com os usuários e continuidade metodológica, não podendo sofrer interrupções sob pena de comprometer os objetivos da política pública de assistência social e de violar princípios como o da proteção integral e da convivência familiar e comunitária. A continuidade se refere não apenas à execução sequencial das oficinas em ciclos, mas também à lógica de acompanhamento gradual e progressivo dos usuários ao longo do tempo, conforme preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Dessa forma, a prestação continuada garante estabilidade, eficiência e efetividade na execução do objeto.

### 18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A não exigência de garantia contratual nesta contratação justifica-se com base no princípio da razoabilidade, considerando-se o valor estimado unitário, a natureza do objeto e o perfil dos fornecedores esperados, em sua maioria microempresas, empresas de pequeno porte e prestadores de serviços especializados no âmbito social. Trata-se de serviço de natureza intelectual e metodológica, com baixa materialidade de bens envolvidos e risco reduzido de inadimplemento estrutural, sobretudo por se tratar de oficinas a serem executadas em etapas, com pagamento condicionado à aferição da execução. A exigência de garantia poderia comprometer a competitividade do certame e restringir a participação de empresas de pequeno porte com experiência técnica comprovada, contrariando o interesse público. Adicionalmente, a gestão contratual contará com instrumentos de acompanhamento, fiscalização técnica, emissão de relatórios e controle de frequência, o que reduz significativamente os riscos operacionais. Dessa forma, opta-se por não exigir garantia contratual, conforme faculta o art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

### 19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Conclui-se pela viabilidade da contratação, tendo em vista a existência de demanda identificada pela vigilância socioassistencial, a insuficiência de equipe própria para atender aos grupos do SCFV, a compatibilidade do objeto com o interesse público e a adequação técnica, jurídica e econômica da solução proposta.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)**

Pregão Eletrônico tradicional, critério: Menor preço, modo de disputa: aberto.  
Caráter do orçamento estimado NÃO é sigiloso.

**21. FONTE DE RECURSOS**

- (x) Recursos Próprios
- (x) Recursos Estaduais
- (x) Recursos Federais
- Proteção Social Básica, Fonte 934

Dois Vizinhos, 8 de outubro de 2025.

Cátia Bonin  
Secretária de Assistência Social e Cidadania  
Responsável pela Elaboração do ETP  
Matrícula Funcional 19025-1



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 179D-31BC-293D-CF60

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CÁTIA BONIN (CPF 007.XXX.XXX-46) em 12/11/2025 14:04:11 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MATEUS JOÃO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA (CPF 102.XXX.XXX-51) em 12/11/2025 14:05:31 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 12/11/2025 14:18:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ROSILEI DE GODOIS (CPF 003.XXX.XXX-50) em 13/11/2025 11:02:23 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/179D-31BC-293D-CF60>